



Camisinha deve ser a principal, mas não a única forma de prevenir o HIV, defende ativista Mário Scheffer em artigo para O Globo

ENVIAR | IMPRIMIR | A+ A-

28/05/2011 - 11h35

Uma revolução contra a aids



Está em curso uma revolução na prevenção do HIV. Cada vez mais evidências comprovam que o uso correto de medicamentos antirretrovirais reduz drasticamente o risco de transmissão do vírus em relações sexuais.

Ao baixar a níveis indetectáveis a quantidade de vírus que circula no sangue e nas secreções genitais, o tratamento adequado, seguido à risca, com adesão do paciente, quase elimina a possibilidade de um portador transmitir o HIV para outra pessoa.

Se todos que se expõem ao risco de infecção tiverem acesso ao teste de HIV o quanto antes e, diante do resultado positivo, iniciarem o tratamento no momento certo, aciona-se um freio sem precedentes no avanço da aids.

Além do proveito terapêutico individual, o tratamento firmou-se como um benefício preventivo global.

Num estudo de resultados ainda cautelosos, com a chamada profilaxia pré-exposição, indivíduos expostos ao risco, ao tomar medicamentos anti-aids, registraram muito mais proteção contra a infecção pelo HIV.

O tratamento antirretroviral de urgência – antes recomendado apenas para gestantes, vítimas de estupro e profissionais de saúde expostos ao vírus – agora já é preconizado para populações vulneráveis que tiveram relações sexuais desprotegidas.

O controle da aids sempre dependerá do comportamento das pessoas e de fatores sociais e culturais. Daí a importância de políticas inclusivas e de direitos humanos, que estimulem situações mais favoráveis à prevenção.

Obviamente, a prioridade continua a ser o uso consistente do preservativo por todos, na maioria das relações sexuais, e por toda a vida. Mas, se tomada como única alternativa, essa política infelizmente se mostra um fracasso retumbante.

O uso dos antirretrovirais como ferramenta para conter a epidemia de aids traz embutido, é fato, o risco de que os interesses comerciais da indústria farmacêutica passem a pautar a política de prevenção. Há que se lembrar, por outro lado, que a simples noção de que a aids tem remédio já mostrou ter um efeito colateral perigoso, ao provocar o relaxamento nos hábitos de sexo seguro.

Além do mais, a ampliação do tratamento com fins preventivos exigiria do Brasil o incremento da sua capacidade de produção de genéricos e a radicalização do questionamento das atuais regras de propriedade intelectual e de patentes.

Por aqui, há mais pedras no caminho: a hegemonia daqueles que negam o perfil de uma epidemia concentrada, vacilantes em expor que alguns grupos e os grandes centros são afetados pelo HIV de forma mais contundente e, por isso, merecem políticas diferenciadas de prevenção; e o alto índice de diagnóstico tardio, com a chegada de milhares de pessoas já doentes de aids na rede de saúde, pois existem pelo menos 250 mil soropositivos que nem sequer sabem que têm o HIV.

É inescapável ao programa brasileiro de aids assumir a prevenção combinada, que consiste em conjugar o tratamento universal e oportuno, com a massificação da testagem rápida anti-HIV, os métodos comportamentais e o uso facilitado de preservativo masculinos, femininos e gel lubrificante, garantindo a livre decisão sobre as opções disponíveis de prevenção.

Para retomar a vanguarda perdida, o país precisa tirar do lugar indicadores estacionados, alterar radicalmente nos próximos anos a dinâmica da epidemia da aids, reduzindo o número de adoecimentos, de mortes e de novas infecções pelo HIV.

Mário Scheffer é presidente do Grupo Pela Vidda-São Paulo e pesquisador do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.